



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

203

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0014961-17.2008.8.17.00001 (0327794-7)**

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

PROCURADOR: JULIANA MARIA DE V. L. MAIA

AGRAVADO: JOSELBA MARIA SOARES

ADVOGADO: LAURECÍLIA DE SÁ FERRAZ OAB/PE 20.766

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PROVA DE INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE PARA O TRABALHO. MANTENÇA DA DECISÃO TERMINATIVA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO. UNANIMIDADE DE VOTOS.**

- Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS em face de decisão terminativa de lavra desta Relatoria (fls. 176/177-v), que negou provimento ao reexame necessário, mantendo incólumes todos os termos da sentença atacada, e considerou prejudicado o apelo.
- De início, o INSS se insurge contra a utilização do art. 557 do CPC, defendendo a inexistência de fundamentação que justifique a utilização desse dispositivo no caso em apreço.
- Adiante, alega que, ao compulsar os autos, observa-se que o julgamento do feito se deu à revelia do laudo pericial judicial, que foi incisivamente contrário à pretensão do autor. Neste aspecto, reconhece que o juiz não se encontra adstrito à prova pericial, mas, discordando das conclusões trazidas pela peça técnica, não poderá encampá-las por meio de considerações subjetivas.
- Defende que, diante da justificada insatisfatoriedade do laudo encomendado, e da inexistência de prova que supra as dúvidas do julgador monocrático, inevitável, por dever de coerência, que se determine a realização de outra perícia, uma vez que já reconhecida a necessidade de avaliação técnica especializada.
- Quanto ao termo inicial, requer, em sucessivo, que o benefício de aposentadoria por invalidez seja concedido a partir da data de apresentação do laudo pericial em juízo.
- Ao final, aduz que a decisão monocrática contrariou frontalmente os arts. 557, 145, 422, 436, 437, e 475, § 2º, todos do CPC, e os arts. 23, §§ 1º e 2º, e 42, da Lei nº 8.213/90.
- Nestes termos, formula pedido de reconsideração ou, assim não entendendo esta Relatoria, que os autos sejam levados à mesa para julgamento.
- É o que importa relatar. Passo a decidir. De proêmio, entendo que a utilização do art. 557 do CPC com vistas ao enfrentamento do mérito recursal, bem como com o intuito de prestigiar as decisões desta Corte, é forma largamente utilizada pelos Tribunais de Justiça. Ressalte-se que se mostra clara a intenção do legislador ordinário em possibilitar ao Relator o julgamento monocrático, prestando-se, tal proceder, à desobstrução das pautas nos Tribunais, tornando a jurisdição mais célere. De outra banda, não se encontra prejudicado o recorrente, eis que o presente recurso se destina à análise da matéria pelo órgão colegiado competente.
- Quanto ao mérito recursal, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos: "Cuida-se de recurso de apelação/reexame necessário interposto em face de sentença proferida pelo MM Juiz de Direito da 2ª Vara de Acidentes do Trabalho da Comarca do Recife que, nos autos



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

---

da Ação Acidentária tombada sob o nº 0014961-17.2008.8.17.0001, julgou procedente a pretensão autoral.

- Em sede de razões recursais (fls. 133/140), o INSS pugna, preliminarmente, pela revogação da tutela antecipada concedida na sentença recorrida, ante a patente violação aos arts. 273 do CPC e art. 42 da Lei nº 8.213/91. Afirma que a perícia médica oficial concluiu que o autor não está totalmente incapaz para o trabalho, bem como pela ausência do nexo com o trabalho, de modo que seria incabível a concessão de aposentadoria por invalidez. Defende que, diante da justificada insatisfatoriedade do laudo encomendado e da inexistência de prova que supra as dúvidas do julgador monocrático, seria o caso de se determinar a realização de outra perícia (art. 437 do CPC). Postula que, caso mantido o benefício, seja fixada a data de apresentação do laudo pericial em juízo como marco inicial para pagamento do passivo correspondente. Pugna ainda pela fixação da verba honorária nos termos do §4º do art. 20 do CPC, além da aplicação da súmula 111 do STJ.
- Contrarrazões às fls. 147/154, no qual a autora/apelada defende a manutenção da sentença recorrida em todos os seus termos. Parecer às fls. 167/173, no qual o Procurador de Justiça opinou pelo conhecimento e desprovemento do duplo grau de jurisdição obrigatória, prejudicado o apelo. É o Relatório. Passo a decidir. Nos termos da lei previdenciária, para a concessão da aposentadoria por invalidez é necessário que o segurado seja submetido a exame médico pericial a cargo da INSS, de forma que somente profissional habilitado e registrado pela Autarquia Previdenciária poderia opinar pela invalidez (§1º do art. 42 da Lei nº 8213/91); todavia, tal imprescindibilidade se dá para fins de concessão do benefício na via administrativa. Desse modo, insatisfeito o segurado, a via judicial lhe é franqueada, e, ao julgador, é dada a possibilidade de concessão da aposentadoria, no exercício de seu livre convencimento motivado.
- Pois bem. Quanto à preliminar de incompetência absoluta levantada pelo INSS em sede de contestação, deixou de ser acolhida pelo magistrado da causa em razão da reconhecida competência desta Justiça Estadual para apreciação de causas relativas a acidentes de trabalho, mormente pelo fato de a Autarquia Previdenciária já haver concedido à autora o benefício de auxílio doença acidentário, espécie 91 (cf. fls. 20, 58 e seguintes). No que concerne ao mérito, compulsando os autos, observa-se que a autora foi submetida à perícia médica, não reconhecendo o perito oficial, em seu laudo de fls. 34/36, que a incapacidade da obreira seja permanente. Ressalto que o expert consiga no documento que "A maior parte dos pacientes com queixas semelhantes corresponde a herança reumatológica trazido na família além do processo natural de envelhecimento ocorrido com a idade. O trabalho pode atuar como fator associado e agravante, não deixando de ser considerado como doença de natureza profissional " (sic), concluindo, em seguida, que "A atividade de auxiliar de cozinha não é considerada de risco para o desenvolvimento de lesões por overuse, porém os achados clínicos sugerem doença reumatológica, tendo o trabalho atuar como fator coadjuvante, porém a incapacidade não é de natureza temporária"(sic) (fls. 36). Todavia, no âmbito do reexame necessário, esta Relatoria entende presentes os requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez, pelo que acertada a decisão do magistrado singular. Sabe-se que as condições para a aquisição da aposentadoria por invalidez encontram-se dispostas na Lei nº 8.213/91, que determina que para a sua concessão o segurado deve ser considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

204

subsistência, sendo-lhe pago o benefício enquanto nesta condição permanecer (art. 42).

- Já para a concessão do auxílio-doença, ou de auxílio-acidente, aquela norma autoriza a sua concessão, respectivamente, diante da incapacidade temporária do segurado para o seu trabalho habitual (art.59), e quando consolidadas as lesões, resultarem sequelas que impliquem a supressão da capacidade para o exercício das funções que habitualmente exercia (art. 86). No caso em análise, os elementos de prova acostados aos autos dão conta de que a autora encontra-se incapacitada de maneira total e permanente para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
- Destaco que, na mais recente linha propugnada pelo Superior Tribunal de Justiça, a análise dos requisitos necessários à concessão da aposentadoria por invalidez não está estritamente ligada à análise de laudos técnicos, devendo levar em consideração a idade avançada e aspectos pessoais, socioeconômicos, culturais e educacionais do segurado "a fim de aferir-lhe a possibilidade ou não, de retorno ao trabalho, ou de sua inserção no mercado de trabalho, mesmo porque a invalidez laborativa não é meramente o resultado de uma disfunção orgânica, mas uma somatória das condições de saúde e pessoais de cada indivíduo" (AgRg no AREsp 81.329/PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 5ª Turma, DJe 01/03/2012).
- No mesmo sentido, ver os recentes precedentes: AgRg no AREsp 103.056/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 02/08/2013) e AgRg no AREsp 318.761/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 05/06/2013).
- No caso dos autos a autora nasceu em 26/11/1958 (fls. 09), de modo que atualmente possui mais de 55 (cinquenta e cinco anos) de idade, tendo exercido a atividade de cozinheira/ajudante de cozinha (cf. fl. 14) até o momento em que se viu obrigada a afastar-se de sua atividade laborativa, situação devidamente reconhecida pela Autarquia Previdenciária. Tanto que, entre os anos de 2004 e 2008, a autora entrou em gozo de auxílio-doença (espécie 31) por 04 (quatro) vezes, e de auxílio doença acidentário (espécie 91) por 03 (três) vezes, com cessação do último benefício em 17/03/2008, mês anterior à data do ajuizamento desta demanda.
- Não há elementos nos autos aptos a aferir o grau de escolaridade da demandante, a fim de se averiguar a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho após longo período de afastamento, mas é certo que, quanto ao aspecto profissional, levando-se em consideração os laudos médicos apresentados (cf. fls. 24/25/26/90), e tendo em vista o exercício anterior de atividade que demandava a utilização das mãos, eis que não há prova nos autos de que ela tenha exercido outro labor, é certo que a autora se encontra, na atualidade, impossibilitada de exercer atividade que lhe garanta a subsistência. É que os laudos médicos esclarecem que a autora padece de Síndrome do Túnel do Carpo, Fibromialgia (reumatismo) e Tendinite DE QUERVAIN, chegando a submeter-se a 03 (três) procedimentos cirúrgicos. Destaca-se o laudo de fls. 90, que atesta que a paciente apresenta, em caráter definitivo, diminuição de força e movimentos em ambas as mãos, bem como que tais patologias encontram-se intimamente relacionadas ao seu trabalho, além de que, sempre a paciente terá dificuldades em realizar esforços manuais repetitivos, sendo tal incapacidade considerada definitiva e irreversível.
- Diante disso, e sendo notório que a atividade de cozinheira/ajudante de cozinha exige do profissional esforço manual não compatível com a peculiar situação da autora, conclui-se que a demandante não tem condições de ser reinserida no mercado de trabalho, razão pela qual deve ser mantida a



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

---

sentença de primeiro grau.

- No que pertine ao termo inicial do benefício previdenciário, tendo em conta a inexistência de laudo oficial constataador da incapacidade da autora, há de ser mantido como termo a quo aquele disposto em sentença, qual seja, a data da cessação do último auxílio doença acidentário (17/03/2008, cf. fl. 64), eis que, de acordo com os laudos particulares acostados, a autora já se encontrava incapacitada àquela época, tanto que ajuizou a presente demanda no mês subsequente ao da cessação do último benefício de auxílio doença acidentário auferido.
- No que tange aos honorários advocatícios, em face da necessidade de remunerar o advogado condignamente, embora a lide trate de pedido de menor complexidade, mantenho o percentual de cálculo dos honorários advocatícios, devidos pelo INSS, em 10% sobre o valor da condenação, respeitado o limite da Súmula 111 do STJ, como bem asseverou o juiz da causa. Ante todo o exposto, NEGO PROVIMENTO ao reexame necessário, mantendo incólumes todos os termos da sentença atacada. Prejudicado o apelo".
- Diante de todo exposto, voto pelo não provimento do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação nº 0327794-7.
- Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo em Apelação nº 0327794-7, em que figura como agravante o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e como agravado JOSELBA MARIA SOARES

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes desta Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo.

Recife, 29 de Maio de 2014

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

805.

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0014961-17.2008.8.17.00001 (0327794-7)**

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

PROCURADOR: JULIANA MARIA DE V. L. MAIA

AGRAVADO: JOSELBA MARIA SOARES

ADVOGADO: LAURECÍLIA DE SÁ FERRAZ OAB/PE 20.766

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS em face de decisão terminativa de lavra desta Relatoria (fls. 176/177-v), que negou provimento ao reexame necessário, mantendo incólumes todos os termos da sentença atacada, e considerou prejudicado o apelo.

De início, o INSS se insurge contra a utilização do art. 557 do CPC, defendendo a inexistência de fundamentação que justifique a utilização desse dispositivo no caso em apreço.

Adiante, alega que, ao compulsar os autos, observa-se que o julgamento do feito se deu à revelia do laudo pericial judicial, que foi incisivamente contrário à pretensão do autor. Neste aspecto, reconhece que o juiz não se encontra adstrito à prova pericial, mas, discordando das conclusões trazidas pela peça técnica, não poderá encampá-las por meio de considerações subjetivas.

Defende que, diante da justificada insatisfatoriedade do laudo encomendado, e da inexistência de prova que supra as dúvidas do julgador monocrático, inevitável, por dever de coerência, que se determine a realização de outra perícia, uma vez que já reconhecida a necessidade de avaliação técnica especializada.

Quanto ao termo inicial, requer, em sucessivo, que o benefício de aposentadoria por invalidez seja concedido a partir da data de apresentação do laudo pericial em juízo.

Ao final, aduz que a decisão monocrática contrariou frontalmente os arts. 557, 145, 422, 436, 437, e 475, § 2º, todos do CPC, e os arts. 23, §§ 1º e 2º, e 42, da Lei nº 8.213/90.

Nestes termos, formula pedido de reconsideração ou, assim não entendendo esta Relatoria, que os autos sejam levados à mesa para julgamento.

Recife, 29 de Maio de 2014

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

906,

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0014961-17.2008.8.17.00001 (0327794-7)**

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

PROCURADOR: JULIANA MARIA DE V. L. MAIA

AGRAVADO: JOSELBA MARIA SOARES

ADVOGADO: LAURECÍLIA DE SÁ FERRAZ OAB/PE 20.766

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**VOTO**

De proêmio, entendo que a utilização do art. 557 do CPC com vistas ao enfrentamento do mérito recursal, bem como com o intuito de prestigiar as decisões desta Corte, é forma largamente utilizada pelos Tribunais de Justiça.

Ressalte-se que se mostra clara a intenção do legislador ordinário em possibilitar ao Relator o julgamento monocrático, prestando-se, tal proceder, à desobstrução das pautas nos Tribunais, tornando a jurisdição mais célere.

De outra banda, não se encontra prejudicado o recorrente, eis que o presente recurso se destina à análise da matéria pelo órgão colegiado competente.

Quanto ao mérito recursal, não assiste razão ao agravante, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 176/177-v dos autos da apelação):

XX

Diante de todo exposto, voto pelo não provimento do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação nº 0327794-7.

Recife, 29 de Maio de 2014

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator